

Incluindo o Brasil na Era Digital¹

As propostas brasileiras de inclusão digital

Maria Eugenia C. Rigitano²

Patrícia Barros Moraes³

Resumo

O presente trabalho tem como intuito discutir a temática da inclusão digital no cenário brasileiro, apresentando um mapeamento das iniciativas desenvolvidas por parte dos governos estaduais. Trata-se do resultado de um estudo comparativo desses projetos, desenvolvido em duas etapas: a primeira delas entre agosto e outubro de 2002, e a segunda entre março e maio de 2005. Dessa maneira foi possível identificar as mudanças ao longo do tempo.

Palavras-chave

Inclusão Digital; NTICs; Governo.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como proposta identificar quais os programas desenvolvidos pelos Governos Estaduais com o objetivo de que cada vez mais cidadãos possam usufruir os recursos das novas tecnologias, bem como as mudanças que ocorreram nesse panorama entre 2002 e 2005.

Os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo consistem em uma pesquisa descritiva dos programas de inclusão digital. Foi utilizada como base cadastral o portal do Governo Federal (www.brasil.gov.br) que reúne uma lista com todos os *sites* dos governos estaduais e municipais do país. Como instrumento de coleta foi elaborado um formulário que consta dos seguintes itens: nome do programa; localidade; URL; descrição; comentários. No intuito de sistematizar os dados obtidos foram criadas categorias de análise que classificam os programas a depender dos seus

¹ Trabalho apresentado ao NP 08 – Tecnologias da Informação e da Comunicação, do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom.

² Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas – PPGCCC – Facom-UFBA, professora dos cursos de Jornalismo e Relações Públicas da Faculdade de Tecnologia e Ciências (FTC) e do curso de Publicidade e Propaganda da União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME). eugeniarigitano@terra.com.br

³ Mestre em Comunicação e Cultura Contemporâneas – PPGCCC – Facom-UFBA, professora do curso de Publicidade e Propaganda das Faculdades Jorge Amado e dos cursos de Administração de Empresas da Faculdade de Tecnologia Empresarial (FTE). patbmoraes@uol.com.br

objetivos: acesso, capacitação (ensino-aprendizado), desenvolvimento comunitário e iniciativas culturais. As referidas categorias são detalhadas mais adiante.

Cabe ressaltar que os programas descritos nesse texto têm como objetivo abarcar toda a sociedade, principalmente os cidadãos de baixa renda. Sendo assim, mesmo tendo em mente o desenvolvimento de projetos de inclusão digital nas escolas brasileiras, por parte do Ministério da Educação, o que se priorizou destacar foram as iniciativas que buscam atingir a população brasileira como um todo, e não somente a que se encontra em idade escolar.

O artigo está dividido em duas partes, uma que fundamenta teoricamente a questão da exclusão/inclusão digital e outra que descreve as categorias de análise propostas e os programas governamentais.

2. CONTEMPORANEIDADE E INCLUSÃO DIGITAL

Uma das características da sociedade contemporânea diz respeito ao fato de que as organizações sociais e instituições de todos os tipos (comerciais, educacionais, jurídicas, financeiras, políticas) têm, agora, extensões no ciberespaço (PALACIOS, 2002). A implementação de cidades digitais, bem como as novas práticas de gerenciamento e administração estatal, a partir do governo eletrônico, tornam imprescindível ao cidadão aprender a lidar com as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs).

Por esse aspecto e para que o Brasil pudesse fazer parte dessa “nova” sociedade foi desenvolvido o programa “Sociedade da Informação”. Este programa, coordenado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, tem como objetivo:

[...] lançar os alicerces de um projeto estratégico, de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações na sociedade. Essa iniciativa permitirá alavancar a pesquisa e a educação, bem como assegurar que a economia brasileira tenha condições de competir no mercado mundial. (TAKAHASHI, 2001, p.v)

Dessa forma, a iniciativa visa, entre outros aspectos, diminuir a exclusão digital existente no país. A grande questão reside em como lidar com a exclusão digital em um país, como o Brasil, que conta com altos índices de pobreza e analfabetismo. É certo que a pobreza e o analfabetismo se constituem problemas que precisam ser sanados com urgência. Mesmo assim, não há como pensar a exclusão digital em segundo plano, visto que o desenvolvimento das tecnologias se dá cada vez mais rapidamente e o abismo existente entre incluídos e excluídos tende a aumentar.

É necessário que se compreenda que é possível minimizar a pobreza e o analfabetismo a partir do uso das NTICs, partindo do pressuposto de que o domínio destas por parte dos cidadãos possa se traduzir em melhores oportunidades de inserção no mercado de trabalho, bem como desenvolvimento de habilidades, criatividade e um melhor exercício da cidadania.

Incluir digitalmente é uma importante iniciativa para disseminação das NTICs entre as pessoas de baixa renda, com a finalidade de propor outras alternativas de aprendizado e de crescimento. “O compartilhamento do *software* e dos demais produtos da inteligência coletiva é decisivo para a democratização dos benefícios tecnológicos” (SILVEIRA, 2003, p.45).

A política de inclusão deve incentivar a autonomia e o desenvolvimento dos lugares mais pobres. As cidades brasileiras se desenvolvem de maneira desigual e a inserção das tecnologias de informação e comunicação se manifesta dentro desse panorama de maneira desigual também. Como ainda não existe uma cultura digital é preciso que as tecnologias de informação e comunicação e o desenvolvimento local sejam estimulados, trabalhados conjuntamente.

Pode-se afirmar que a exclusão digital aprofunda a exclusão sócio-econômica, sendo que as dificuldades de acesso refletem as desigualdades do país. Dados do “Mapa da exclusão digital”, relatório sobre o tema divulgado em 2003 pela Fundação Getúlio Vargas, apontam que os Estados menos favorecidos economicamente também são os que têm as maiores taxas de exclusão digital – Maranhão (2,05%), Tocantins (2,76%), Piauí (2,78%), Acre (3,42) e Alagoas (3,60%). Por outro lado, os Estados mais favorecidos possuem a maior parcela da população incluída - Distrito Federal (23,87%), São Paulo (17,98%), Rio de Janeiro (15,51%), Santa Catarina (12,30%) e Paraná (11,59%).

Além disso, a pesquisa também demonstra que há uma relação entre desigualdade racial e exclusão digital, questão esta também comentada por autores como Castells (2001) e Wilhelm (2002). Conforme os dados, índios, negros e pardos são os grupos étnicos menos incluídos: 3,72%, 3,97% e 4,06%, respectivamente.

Diante desse panorama a proposta de Silveira (2003) salienta a importância de tratar a exclusão digital como uma questão de cidadania e que é possível minimizar as desigualdades através de políticas públicas. O autor fundamenta seu argumento em quatro pressupostos:

Primeiro, o reconhecimento de que a exclusão digital amplia a miséria e dificulta o desenvolvimento humano, local e nacional. A exclusão digital não representa uma mera consequência da pobreza crônica. Torna-se fator de congelamento da condição de miséria e de grande distanciamento em relação às sociedades ricas. Segundo, a constatação de que o mercado não irá incluir na era da informação os

extratos pobres e desprovidos de dinheiro. A própria alfabetização e a escolarização da população não seriam maciças se não fosse pela transformação da educação em política pública e gratuita. A alfabetização digital e a formação básica de viver na cibercultura também dependerão da ação do Estado para serem amplas ou universalistas. Terceiro, a velocidade da inclusão é decisiva para que a sociedade tenha sujeitos e quadros em números suficientes para aproveitar as brechas de desenvolvimento no contexto da mundialização de trocas desiguais e, também, para adquirir capacidade de gerar inovações. Quarto, a aceitação de que a liberdade de expressão e o direito de se comunicar seriam uma falácia se fossem destinados apenas à minoria que tem acesso à comunicação em rede. Hoje o direito à comunicação é sinônimo de direito à comunicação mediada por computador. Portanto, trata-se de uma questão de cidadania (2003, p.29).

Nesse sentido, uma política pública é muito mais do que o papel desempenhado pelo Estado. Claro que este é fundamental como provedor e regulador da oferta de serviços de informação e infra-estrutura. Mas, a elaboração/concepção dos projetos de inclusão, deve interligar a sociedade, as organizações não governamentais, a empresas, a universidade.

Durante o governo Fernando Henrique, a partir de parcerias com Ongs e empresas privadas, foi implantado o projeto-piloto do programa Comunidade Brasil, no estado do Mato Grosso. O projeto consistia na instalação de telecentros comunitários, onde os cidadãos teriam acesso à Internet e capacitação em informática. O objetivo era criar um portal nacional do projeto, onde as comunidades poderiam intercambiar informações. Atualmente o portal está desativado.

Já no governo Lula, podem ser destacadas duas iniciativas de inclusão digital. O “PC conectado” objetiva a popularização dos computadores pessoais através do financiamento em 24 prestações de R\$50. O programa Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), coordenado pelo Ministério das Comunicações, visa instalar pontos de acesso a computadores e oferecer cursos de capacitação em todo o país. O programa é parte integrante das ações de inclusão digital do governo federal, que também incluem a utilização de *software* livre.

O movimento de software livre começou pequeno. Reunia e distribuía programas e ferramentas livres. Com o código-fonte aberto. Assim, todas as pessoas poderiam ter acesso não só aos programas, mas também aos códigos que foram escritos. A idéia era produzir um sistema operacional livre que tivesse a lógica do sistema UNIX, que era proprietário, ou seja, pertencia a uma empresa. Por isso, os vários esforços de programação eram reunidos em torno do nome GNU-GNU's Not Unix. (SILVEIRA, 2003, p.36)

Segundo Silveira (2003), atrelado a inclusão digital, está o movimento de software livre, presente em todo o mundo, que logrou produzir um sistema operacional livre, completo e multifuncional, o GNU/Linux. A idéia defendida pelo autor é a de que quanto mais a informática estiver presente na vida das pessoas, mais elas utilizarão os sistemas operacionais e demais aplicativos.

De maneira genérica “A exclusão digital ocorre ao se privar as pessoas de três instrumentos básicos: o computador, a linha telefônica e o provedor de acesso.” (SILVEIRA, 2001, p.18). Mesmo assim, com relação a esse processo é pertinente que se compreenda que os esforços empreendidos para que cada vez mais cidadãos possam utilizar os recursos das NTICs, não devem se restringir ao provimento de acesso e sim, à capacitação e estímulo da população. Segundo Castells (2001), o problema da falta de provimento de acesso (conectividade), em nível mundial, deve ser sanado no decorrer dos anos. Porém, a previsão do autor é que a questão da exclusão digital passe a girar em torno não da conectividade e sim da falta de conhecimento para lidar com a tecnologia, ou seja, dificuldades cognitivas advindas da carência de capacitação.

O investimento em tecnologia por parte do Governo Brasileiro, para que seja assegurado à população um melhor acesso e/ou uma redução de custos, é tarefa essencial. Mas, para que se possa desenvolver iniciativas eficientes de inclusão digital, é necessário mais do que isso. Segundo Mark Warschauer (2002), a questão da exclusão digital não gira em torno somente dos problemas de acesso a computadores e a conexões de Internet, existe uma ampla gama de fatores importantes a esse processo, como recursos físicos, digitais, humanos e relações sociais. Sendo assim, há de se levar em conta discussões acerca de conteúdo, idioma, educação, estrutura comunitária e institucional, quando no desenvolvimento de programas de inclusão digital.

Para o autor, o sucesso na implementação de um programa de inclusão digital está relacionado a um efetivo uso das NTICs para o acesso, adaptação e criação de conhecimento; isso depende da utilização e combinação de 4 fatores distintos (WARSCHAUER, 2002, p.15):

- 1) Recursos físicos: computadores e telecomunicação
- 2) Recursos digitais: conteúdo relevante a depender do idioma
- 3) Recursos humanos: orientação e capacitação
- 4) Recursos sociais: suporte comunitário e institucional

Em concordância com Warschauer, Wilhelm (2002, p.238-239) também propõe que a exclusão digital não deve ser pensada somente a partir da “preocupação de que todos tenham acesso às informações essenciais e às modernas ferramentas da comunicação, mas também que possam usá-las a fim de obter uma maior participação na sociedade”. Além disso, o autor afirma que há uma carência de disponibilização de conteúdos relevantes às minorias culturais e à população de baixa renda.

Baseadas ou não na combinação dos fatores mencionados, em todo o mundo é possível encontrar iniciativas de inclusão digital das mais variadas, sendo que as mais comuns são os quiosques ou totens e os telecentros.

Os quiosques ou totens são pontos fixos de acesso aos computadores e à Internet localizados em áreas onde haja um grande fluxo de pessoas, como rodoviárias, estações de metrô e shoppings. Essas iniciativas priorizam o acesso rápido, já que, na maioria das vezes, o usuário deve ficar de pé. Dessa forma não há como se pensar em um acesso por períodos prolongados, como para a realização de uma pesquisa. Além disso, os quiosques são inadequados para o aprendizado por parte dos possíveis usuários, sendo que por privilegiar apenas o acesso é necessário que já se tenha um domínio dos equipamentos disponíveis.

Diferente dos quiosques e totens, os telecentros⁴ permitem o ensino-aprendizado e são desenvolvidos para um maior tempo de acesso.

Um telecentro é um lugar físico, de fácil acesso público, que oferece gratuitamente serviços de informática e telecomunicações, num contexto de desenvolvimento social, econômico, educacional e pessoal. Sua concepção se baseia na crença de que ‘o cidadão tem o seu poder aumentado quando tem acesso ao conhecimento’. (LITTO, 2000, p.1)

Nos telecentros são desenvolvidos cursos para que a população possa se familiarizar e utilizar os recursos do computador e da Internet. Sendo assim, através do estímulo ao aprendizado e não somente do provimento do acesso, a inclusão digital pode se dar de forma mais eficiente.

Além desses dois exemplos citados, existem inúmeros outros tipos de iniciativas de inclusão digital, como as que buscam o desenvolvimento comunitário através do uso da tecnologia e as que priorizam aspectos relativos à cultura de uma localidade. Diante disso, segue a descrição dos programas de inclusão digital, desenvolvidos pelos governos estaduais do país.

3. O BRASIL E A INCLUSÃO DIGITAL EM DOIS MOMENTOS

A partir da pesquisa realizada nos *sites* dos estados brasileiros, e para uma melhor dinâmica do texto, conforme afirmado, as iniciativas de inclusão digital expostas aqui foram categorizadas em: acesso; capacitação (ensino-aprendizado); desenvolvimento comunitário; iniciativas culturais.

⁴ “São sinônimos de telecentro os termos telecottage, centro comunitário de tecnologia, teletienda, oficina comunitária de comunicação, clube digital, cabine pública, infocentro, entre outros. Os cibercafés também são telecentros, mas em geral cobram pelo uso da Internet e estão localizados em regiões mais nobres das cidades.” (SILVEIRA, 2001, p.33-34)

O Quadro 1 apresenta de maneira sintética os projetos visitados nas duas etapas que compõem a pesquisa. É possível perceber um aumento no número de projetos de inclusão digital, exceto na categoria que versa sobre iniciativas culturais.

Quadro 1 – Panorama comparativo dos programas de inclusão digital

CATEGORIAS	PRIMEIRA ETAPA (2002)	SEGUNDA ETAPA (2005)
ACESSO	Internet Comunitária (MG) Internet Sênior (MG) Quiosque Multimídia (SE)	Espaço Digital/Internet Sênior (MG) Sala do Cidadão (BA) Navegando na Internet (ES) Praças Digitais (RN) Telecentros (RS)
CAPACITAÇÃO	Cidadão Digital (AP) Brasília Web Cursos (DF) CELEPAR na comunidade (PR)	CITI (DF) Garagens Digitais (CE) ENTER (MS) Centro Profissionalizante (PB) ABC Digital (PE) Internet Comunitária (RJ) Cidadão Digital (RS) Ônibus da Inclusão Digital (SC)
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO	Acessa São Paulo (SP)	Acessa São Paulo (SP) Telecentros Paranavegar (PR)
INICIATIVAS CULTURAIS	Projeto Navegar (AP) Cidadão Pará (PA)	Sem informações

Fonte: Elaboração própria, 2005.

3.1 ACESSO

Nessa categoria encontram-se as iniciativas que oferecem ao cidadão pontos de acesso gratuito a computadores e à Internet, sendo que não é disponibilizada a capacitação (cursos/treinamentos) para o referido acesso. Em alguns casos, a utilização dos equipamentos é orientada por monitores.

Programa Internet Comunitária (Minas Gerais) – O objetivo do programa é estabelecer uma ponte entre possíveis parceiros – doadores de equipamentos e prestadores de serviços nas áreas de informática e telecomunicações – e as comunidades carentes do estado, a fim de promover o acesso à Internet e aos computadores aos indivíduos menos favorecidos. O programa teve início em 2001 e em 2002 estavam em funcionamento quatro pontos de acesso, um na capital e três no interior do estado. Já em 2005, não foram encontrados dados que revelavam uma continuidade do projeto. O endereço www.internetcomunitaria.mg.gov.br está indisponível.

Programa Internet Sênior (Minas Gerais) – Voltado para os cidadãos da terceira idade, o Internet Sênior oferece pontos de acesso gratuito à Internet, com monitores treinados para auxiliar os usuários com “conceitos básicos” e “dicas de navegação”. Em 2002 existiam cinco unidades no estado, que realizavam cerca de 2 mil atendimentos mensais⁵. Além das informações sobre o programa, a página do Internet Sênior disponibiliza dicas básicas de informática, como explicações sobre o *mouse*, *e-mail*, etc; localização e horário de funcionamento dos pontos de acesso e o “Destaque do mês”, com fotos e informações sobre usuários. Em novembro de 2004 o programa passou a chamar “Espaço Digit@l” e o número de unidades foi reduzido para uma em Belo Horizonte.

Quiosque Multimedia (Sergipe) – No CEAC (Centro de atendimento ao cidadão), onde a população encontra informações e serviços de inúmeros órgãos públicos, é disponibilizado um “quiosque *multimedia*”, para que o cidadão possa ter acesso ao Portal Internet de Sergipe. Em 2005 foi encontrada a mesma informação, sem maiores detalhes sobre implantação e utilização do quiosque.

Sala do cidadão (Bahia) – Em dezembro de 2002 foi inaugurada a primeira sala do cidadão no SAC-Barra (Salvador-Ba), com objetivo de oferecer acesso público à Internet. Atualmente, além dessa unidade, foram implantadas outras duas nas cidades de Santo Antônio de Jesus e Candeias.

A previsão para 2005 é a construção de Salas do Cidadão nos postos SAC Liberdade, Periperi, Lauro de Freitas, Eunápolis e Porto Seguro e Infocentros para os postos SAC Alagoinhas, Barreiras, Cajazeiras, Comércio, Ilhéus, Itabuna, Jacobina, Jequié, Teixeira de Freitas e Vitória da Conquista.

Navegando na Internet na melhor idade (Espírito Santo) – Iniciado em 2001, com uma unidade em Vitória, o programa promove o acesso gratuito à Internet para pessoas da terceira idade, com orientação de monitores. Apesar do tempo de existência, esse programa só foi encontrado na segunda etapa da pesquisa.

Praças Digitais (Rio Grande do Norte) – Pontos públicos de acesso para a população do estado. A informação sobre esse programa foi encontrada na segunda fase da pesquisa, em 2005. Embora conste que a implantação seria em 2004, não há dados que comprovem a concretização do projeto.

⁵ Dados da home-page.

Telecentros (Rio Grande do Sul) – O projeto consiste em várias iniciativas de promover o acesso gratuito à Internet para a população, em universidades, bibliotecas públicas e centros comunitários. Embora exista desde 2000, só foram encontradas informações na segunda etapa da pesquisa.

3.2 CAPACITAÇÃO (CURSOS/TREINAMENTOS)

Além de prover acesso, outros projetos de inclusão digital visam capacitar os cidadãos para que esse acesso seja possível. A partir de cursos e treinamentos, é possível a alfabetização, uma melhor inserção no mercado de trabalho, bem como um exercício ampliado da cidadania. No Brasil, existem inúmeros programas que buscam a capacitação da população, seja em cursos ministrados de forma presencial ou até mesmo *on-line*.

Projeto Cidadão Digital (Amapá) – Visa a implantação de laboratórios de informática nas comunidades carentes. Nas unidades do projeto são ministrados, por monitores, cursos de informática básica e voltada para o mercado de trabalho. Na segunda etapa da pesquisa não foram encontradas informações atualizadas sobre a iniciativa.

Brasília Web Cursos (Distrito Federal) – A proposta é baseada no *e-learning*. Através do *site* do programa são oferecidos, gratuitamente, cursos de informática *on-line*, sobre diversos temas, como “introdução à microinformática”, “*scanner*”, “lógica de programação”, “HTML”, etc. Em 2005, o programa não foi mais encontrado.

CELEPAR na comunidade (Paraná) – O programa oferece cursos intitulados “despertar para a informática”, onde a população de baixa renda recebe um treinamento interativo voltado para o aprendizado da utilização da informática na educação, no mercado de trabalho, e no exercício da cidadania. A página do programa apresenta os números de pessoas treinadas e comunidades atendidas, além de notícias e formulários para cadastramento de comunidades e voluntários que queiram ingressar na iniciativa. Em 2005, as informações encontradas se restringem a um relatório dos resultados do projeto, dando a entender que a iniciativa foi temporária.

CITI – Centro Integrado de Tecnologia da Informação (Distrito Federal) - Iniciado no final de 2002, o CITI tem como objetivo promover cursos de informática para a população de baixa renda. Atualmente, são cerca de 10 unidades do projeto que atendem pessoas entre 14 e 40 anos, que possuam pelo menos a quarta série do ensino fundamental.

Garagens Digitais (Ceará) – Parte integrante do projeto Centros Digitais do Ceará, promove cursos de informática para jovens. O programa também conta com o “Acesso Livre”, serviço que oferece acesso à Internet gratuito para a comunidade em alguns dias da semana. A implantação das garagens foi iniciada no começo deste ano e atualmente existem três unidades. A meta do governo é instalar 87 unidades até 2007.

Enter – Inclusão Digital (Mato Grosso do Sul) – Iniciado em fevereiro de 2005, com uma unidade em Campo Grande, o programa oferece dois tipos de cursos de informática ministrados por monitores: qualificação – para alunos da rede pública estadual com idade entre 16 e 24 anos, com duração de três meses; alfabetização – para o público em geral, que duram um mês. Quando não houver aulas o telecentro é aberto para o acesso da população.

Centro profissionalizante de Inclusão Digital (Paraíba) – Com inauguração prevista para 9 de junho deste ano com um centro em João Pessoa, a iniciativa visa promover cursos profissionalizantes na área de informática em parceria com a Coca-Cola da Região Nordeste. Além disso, serão oferecidos gratuitamente à população uma biblioteca virtual e acesso à Internet.

ABC Digital / Escola Aberta (Pernambuco) – O projeto, iniciado em 2003, faz parte do programa “Informática para Comunidade” desenvolvido pelo governo do estado. São oferecidos cursos gratuitos de Informática básica e navegação na Internet; acesso livre à Internet e a produção do portal ABC Digital.

Internet Comunitária (Rio de Janeiro) – Embora não tenha sido encontrado na primeira etapa da pesquisa, o programa data de 2001, tendo como proposta inicial oferecer acesso itinerante à Internet permanecendo durante um dia em cada cidade. Em 2004 a proposta mudou e o projeto passou a ter sedes fixas e oferecer cursos de informática, sendo inaugurados 23 centros. Em 2005, a previsão é que sejam inauguradas mais 70 unidades.

Cidadão Digital (Rio Grande do Sul) – Iniciado em outubro de 2003, o projeto tem como objetivo implantar escolas de informática para a população de baixa renda, em associações comunitárias e igrejas, por exemplo.

Ônibus da Inclusão Digital (Santa Catarina) – Na primeira fase do projeto, no ano de 2004, foram ministrados cursos de informática básica dentro de um ônibus equipado com 10 computadores, em 10 municípios do Estado. O projeto continua em andamento.

3.3 DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Nessa categoria encontram-se as iniciativas que além do acesso e/ou capacitação, buscam estreitar laços comunitários a partir do uso das novas tecnologias; constituindo-se como extensões da comunidade.

Acessa São Paulo (São Paulo) – O programa busca estimular o desenvolvimento humano e econômico das classes D e E, provendo acesso, capacitação, conteúdo e serviços pertinentes às novas tecnologias. Além de prover o acesso e a capacitação para o público de baixa renda, o programa objetiva estreitar laços comunitários através do incentivo de desenvolvimento comunitário de conteúdos para a rede. Em 2002 contava com 54 Infocentros Comunitários na capital (sendo que um para deficientes visuais), três pontos públicos de acesso (que não oferecem capacitação) e 40 Infocentros Municipais no interior do Estado. O site do programa oferecia informações sobre saúde, cultura, educação, emprego, cidadania, Internet (textos), biblioteca virtual, cursos on-line, depoimentos e entrevistas com monitores e participantes da iniciativa. Alguns infocentros possuíam suas próprias páginas na rede. Atualmente há 71 infocentros na capital, sendo que três são para uso específico (deficientes visuais, terceira idade, Projeto Criança Esperança), cinco estão temporariamente desativados e dois estão em implantação. Na Grande São Paulo há quatro infocentros e no interior e litoral do estado são 64 em funcionamento, 21 em implantação e um temporariamente fora de funcionamento. A página também passou por mudanças no layout e foram acrescentados conteúdos.

Telecentros Paranavegar (Paraná) – Iniciado em 2003, o objetivo do projeto é prover acesso à população carente com a ajuda de monitores (“agentes locais de inclusão digital”). A meta é que os pontos sejam geridos pela comunidade. Atualmente há 35 telecentros em funcionamento. Além disso, o Governo do Paraná também disponibiliza pontos de acesso gratuito ao portal do estado: são 33 na capital e região metropolitana e 14 no interior.

3.4 INICIATIVAS CULTURAIS

É possível afirmar que o Brasil é um país bastante heterogêneo, não só no que diz respeito às desigualdades econômicas, mas também no que concerne às questões culturais. Sendo assim, nesta categoria estão descritas as iniciativas de inclusão digital que procuram se adaptar às peculiaridades do território brasileiro.

Projeto Navegar (Amapá) – A partir de uma embarcação regional o projeto busca levar informações que elevem a qualidade de vida das comunidades ribeirinhas da região do Bailique e

dos alunos da Escola Bosque. A iniciativa: “[...] trata-se de um projeto de transmissão e controle de imagem à distância através da Internet realizada com *links* de satélite, onde o barco será um *website* flutuante [...]”. Além das informações sobre a descrição, objetivos, desenvolvimento do projeto, caracterização da região do Bailique e da Escola Bosque, a página oferece reportagens, fotografias, *download* e apresentação *multimedia* do *folder*. Em 2005 a página não sofreu alterações, bem como não foram encontrados dados sobre a continuidade do projeto.

Cidadão Pará (Pará) - Através do Barco Cidadão - que possui 32 metros quadrados, 15 computadores interligados em rede, impressoras, *scanner*, Internet, alojamento e refeitório⁶ – o programa procura levar à população ribeirinha do Estado, informações e serviços, como o acesso à Internet e cursos para que esse acesso seja possível. Na página do “Cidadão Pará” há o roteiro do barco, com informações e mapas sobre as localidades atendidas e a atender, fotos da passagem do programa em cada cidade, notícias, vídeos e versões da página em inglês e espanhol. Em 2005, não foram encontradas informações se o projeto ainda está em funcionamento. A última atualização da página é de 4 de novembro de 2002.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível perceber que do provimento de acesso à implantação de iniciativas que visam um comprometimento comunitário e cultural, o panorama do Brasil com relação à inclusão digital, é bastante heterogêneo e em expansão. Os projetos relativos ao acesso e capacitação são importantes, embora o estímulo e o desenvolvimento de iniciativas que buscam um envolvimento das comunidades é mais importante ainda. De acordo com Warschauer (2002), aliar fatores como o acesso, desenvolvimento de conteúdos pertinentes à localidade, capacitação e suporte comunitário e institucional, é imprescindível para o sucesso de uma iniciativa de inclusão digital.

A partir da pesquisa realizada é perceptível que houve um aumento do número de projetos, em 2002 foram encontrados nove e, em 2005, quinze. Por outro lado, na segunda fase da pesquisa não foram encontrados projetos sobre iniciativas culturais, e os dois que existiam na primeira fase não oferecem informações de atualização ou continuidade.

A categoria que mais cresceu foi a que engloba iniciativas de capacitação, de três para oito projetos. Esse aumento confirma o argumento de vários autores (CASTELLS, 2001; WILHELM,

⁶ Dados do site.

2002; WARSCHAUER, 2002) sobre a importância de oferecer capacitação às pessoas, além do acesso.

É pertinente afirmar que vários são os fatores que agravam o *apartheid* tecnológico, como processos históricos, políticos e econômicos. Mas, “quanto maior o número de iniciados e de alfabetizados tecnologicamente, maior será a sinergia indispensável à criatividade e à produção de tecnologia, fundamental para a inserção autônoma do país no mundo globalizado.” (SILVEIRA, 2001, p.25)

Sendo assim, é importante que haja políticas públicas de inclusão digital e as iniciativas devem estar aliadas aos esforços de toda a sociedade. A partir de ações conjuntas entre Estado, sociedade civil e empresas privadas será possível desenvolver meios para que mais indivíduos sejam inseridos na “Sociedade da informação”, de acordo com as necessidades e peculiaridades da realidade brasileira.

Os resultados deste trabalho também corroboram com os dados do “Mapa da Exclusão Digital” (FGV) que aponta os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí, Acre e Alagoas como os mais excluídos. Prova disso é que não foi encontrado, nos portais desses Estados, nenhum programa de inclusão digital. No caso dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná e do Distrito Federal, todos possuem iniciativas e aparecem na pesquisa da FGV como os Estados mais incluídos. Vale ressaltar a experiência do “Acessa São Paulo”, único projeto que se manteve nos dois momentos da pesquisa e que se destaca pela qualidade e contínua expansão.

Dada a complexidade e a importância do tema se faz necessária uma pesquisa mais ampla, que abrigue as capitais e municípios brasileiros, bem como uma análise da efetividade dos programas de inclusão digital e as causas de desaparecimento de alguns. Além disso, deve-se atentar também para iniciativas importantes que estão sendo desenvolvidas por ONGs e empresas privadas, por exemplo o projeto “Software Livre”.

REFERÊNCIAS

ABC Digital/Escola Aberta. Disponível em: <http://www.abcdigital.org.br/escolaaberta/inclusao_digital.a.sp>. Acesso em 10 maio 2005.

ACESSA São Paulo. Disponível em: <<http://www.acesa.sp.gov.br>>. Acesso em: 10 ago. 2002 e 15 abr. 2005.

BRASÍLIA Web Cursos. Disponível em: <<http://www.gdfwebcursos.df.gov.br>>. Acesso em: 7 set. 2002 e 10 maio 2005.

CASTELLS, Manuel. **La galáxia Internet**: reflexiones sobre internet, empresa e sociedad. Barcelona: Areté, 2001.

CELEPAR na Comunidade. Disponível em: <<http://www.pr.gov.br/comunidade>>. Acesso em: 4 out. 2002 e 20 mar. 2005.

CENTRO Integrado de Tecnologia da Informação (CITI). Disponível em: <<http://www.distrifederal.df.gov.br/>>. Acesso em: 23 maio 2005.

CENTRO Profissionalizante de Inclusão Digital. Disponível em: <<http://www.paraiba.pb.gov.br/>>. Acesso em: 18 abr. 2005.

CIDADÃO Digital. Disponível em: <<http://www.procergs.com.br/>>. Acesso em: 19 abr. 2005.

CIDADÃO Pará. Disponível em: <<http://www.prodepa.psi.br/cidadaopara>>. Acesso em: 4 out. 2002 e 19 abr. 2005.

ENTER. Disponível em: <<http://www.seges.ms.gov.br>>. Acesso em: 19 abr. 2005.

FUNDAÇÃO Getúlio Vargas. **Mapa da exclusão digital**. Disponível em <http://www2.fgv.br/ibre/cps/mapa_exclusao/APRESENTACAO/Apresentação.htm>. Acesso em: 9 set. 2004 e 3 abr. 2005.

GARAGENS Digitais. Disponível em: <<http://www.sct.ce.gov.br/>>. Acesso em: 18 abr. 2005.

INCLUSÃO Digital. Disponível em: <<http://www.idbrasil.gov.br>> . Acesso em: 20 maio 2005.

INTERNET Comunitária. Disponível em: <<http://www.proderj.rj.gov.br/programa1.asp>>. Acesso em 18 abr. 2005.

LITTO, Fredric (2000). **Telecentros comunitários**: uma resposta à “exclusão digital”. Disponível em: <<http://www.cidec.futuro.usp.br>>. Acesso em: 20 set. 2002.

NAVEGANDO na Internet na Melhor Idade. Disponível em: <<http://www.prodest.es.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2005.

ÔNIBUS da Inclusão Digital. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2005.

PALÁCIOS, Marcos (2002). **Internet as system and environment in cyberspace**: a discussion based on empiric al observations. In: 23rd IAMCR Conference, jul 2002, Barcelona.

PRAÇAS Digitais. Disponível em: <<http://www.rn.gov.br>>. Acesso em: 20 maio 2005.

PROGRAMA Internet Comunitária. Disponível em: <<http://www.internetcomunitaria.mg.gov.br>>. Acesso em: 5 ago. 2002 e 26 maio 2005.

PROGRAMA Internet Sênior. Disponível em: <<http://www.mg.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2002.

PROGRAMA Espaço Digit@l. Disponível em: <<http://www.prodemge.mg.gov.br/isenior/indexl.htm>>. Acesso em: 23 maio 2005.

PROJETO Cidadão Digital. Disponível em: <<http://www.amapa.gov.br>>. Acesso em: 6 out. 2002 e 23 maio 2005.

PROJETO Navegar. Disponível em: <http://www.amapa.gov.br/servicos/home_navegar.htm>. Acesso em: 20 out. 2002 e 23 maio 2005.

QUIOSQUE Multimídia. Disponível em: <<http://www.ceac.se.gov.br>>. Acesso em 5 out. 2002 e 19 maio 2005.

REPÚBLICA Federativa do Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 28 maio 2005.

SALA do Cidadão. Disponível em: <<http://www.ba.gov.br/>>. Acesso em: 18 abr. 2005.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica. In: SILVEIRA, Sérgio Amadeu da.; CASSIANO, João (Orgs). **Software livre e inclusão digital**. São Paulo: Conrad, 2003.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão digital**: a miséria na era da informação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

TAKAHASHI, Tadao (Org). **Sociedade da Informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TELECENTROS. Disponível em: <<http://www.telecentros.rs.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2005.

TELECENTROS Paranavegar. Disponível em: <<http://www3.pr.gov.br/e-parana/atp/telecentro/>>. Acesso em: 19 abr. 2005.

WARSCHAUER, Mark. Reconceptualizing the digital divide. In: **First Monday**, vol. 7, n.7, jul. 2002. Disponível em: <http://firstmonday.org/issues/issue7_7/warschauer/index.html>. Acesso em: 10 abr. 2005.

WILHELM, Anthony. A democracia dividida: a Internet e a participação política nos Estados Unidos. In: EISENBERG, José.; CEPIK, Marco (Orgs). **Internet e política**: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: UFMG, 2002.